

17/08/2021

APEOESP

105

Acesse: [www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[imprensa@apeoesp.org.br](mailto:imprensa@apeoesp.org.br)

# Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

**EM AÇÃO DA APEOESP, JUSTIÇA DECIDE:**

**PROFESSORES SÓ  
RETORNAM AO TRABALHO  
PRESENCIAL DEPOIS DE  
COMPLETADO PERÍODO DE  
IMUNIZAÇÃO**

O juiz Emílio Migliano Neto, da 7ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu medida liminar em Ação Civil Pública movida pela APEOESP em favor dos/as professores/as, para que estes só retornem ao trabalho presencial depois de vencido o período de imunização, que acontece após 14 dias da segunda dose ou da dose única, se o caso.

Além disso, a liminar também estabelece que os professores pertencentes ao grupo de risco permaneçam em trabalho remoto, ainda que plenamente imunizados, desde que exista recomendação médica neste sentido.

Secretaria de Comunicação

Importante afirmar que a decisão não se aplica àqueles que optaram por não tomar a vacina.

Os professores alcançados pela liminar devem informar por escrito às escolas que farão uso desta decisão judicial, juntando no seu requerimento cópia da liminar, cópia da carteira de vacinação e, se for professor pertencente ao grupo de risco, declaração médica de que deve permanecer em trabalho remoto. Veja anexos modelo de requerimento e a íntegra da liminar.

Caso exista manifestação em sentido contrário das escolas após o requerimento, devem procurar o jurídico de sua subsede munido do protocolo, dos documentos que o acompanharam e da manifestação da escola para que providências jurídicas sejam tomadas.

A decisão judicial é um avanço na luta da APEOESP em defesa da vida. Nosso entendimento é que as aulas presenciais só deveriam retornar quando todos os profissionais da educação estivessem imunizados com a segunda dose, com taxa segura de vacinação na comunidade e o cumprimento de protocolos eficazes de segurança sanitária nas unidades escolares.

Reiteramos que as subseudes constituam comissões de fiscalização para verificar nas escolas em que condições estão ocorrendo as aulas e atividades presenciais, exigindo os protocolos de segurança, entre eles ventilação das salas de aula e demais ambientes, distanciamento de 1,5 a 2 metros entre as pessoas, uso de máscaras e álcool em gel, limpeza constante de ambientes e objetos e outros.

Escolas que não apresentem essas condições ou nas quais ocorram casos de Covid 19 devem ser fechadas e suas atividades ocorrer de forma remota. Para tanto, as subseudes devem agir junto às diretorias de ensino, Ministério Público e justiça, quando necessário.

**NESTE DIA 18 DE AGOSTO  
ESTAREMOS EM GREVE, COM TODOS  
OS SERVIDORES PÚBLICOS**

Esta quarta-feira, 18 de agosto, é dia de greve geral dos servidores públicos em todo o Brasil contra a PEC 32 (reforma administrativa de Bolsonaro)

Secretaria de Comunicação

e, aqui em São Paulo, contra o PLC 26 (reforma administrativa de Doria).

BolsoDoria ataca nossos direitos e quer destruir os serviços públicos para transferi-los a grupos privados. Não podemos aceitar a facilitação de demissões, provinhas, retirada de direitos, congelamento salarial, redução salarial dos temporários, não realização de concursos e outros ataques.

Se você está imunizado(a), compareça neste dia 18/8 às 15 horas na Praça da República, em São Paulo. Convoque seus colegas. Vamos lutar juntos.

## ANEXO 1

### MODELO DE REQUERIMENTO

Sr. Diretor da EE \_\_\_\_\_

Eu, (nome, RG, CPF), professor dessa escola, informo através do presente que vou fazer uso da medida liminar obtida pela APEOESP nos autos da ACP nº. 1047740-40.2021.8.26.0053, em curso na 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, cuja cópia vai anexa, e permanecer em trabalho remoto, porque não completei meu período de imunização, ou, tendo vencido esse período, pertenço ao grupo de risco para a doença e tenho recomendação médica para permanecer em trabalho remoto, conforme provam os documentos anexos.

Local, data.

Assinatura.

*Fazer em duas vias, anexando a liminar, carteira de vacinação e declaração médica, se o caso, protocolar e guardar à via protocolada consigo.*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES**  
**7ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA**  
 Viaduto Dona Paulina, 80, 7º andar - sala 706, Centro - CEP 01501-000,  
 Fone: 3489-6570/3489-6565, São Paulo-SP - E-mail: sp7faz@tjsp.jus.br  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**TERMO DE CONCLUSÃO**

Eu, Aristides Augusto Avelino Neto, Escrevente Técnico Judiciário, matr. nº M365232, em 16 de agosto de 2021, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito Dr. Emílio Migliano Neto.

**DECISÃO-MANDADO-OFÍCIO**

Processo nº: **1047740-40.2021.8.26.0053 - Ação Civil Pública Cível**  
 Requerente: **Apeosp Sind dos Prof do Ensino Oficial do Est**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz de Direito: Dr. **Emílio Migliano Neto**.

***Vistos.***

Concede-se a isenção de pagamento de custas e despesas processuais à entidade autora, nos termos do artigo 18 da Lei nº 7.347/85. **Anote-se.**

Cuida-se de ação civil pública ajuizada pelo SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – APEOESP em face da FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, aduzindo, em resumo, que representa a categoria dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, sendo que nos dias de hoje há mais do que 180.000 filiados, e pleiteia em sede de medida liminar que seja a parte requerida compelida: **a)** a convocar os professores para o trabalho presencial nas escolas após, 14 dias de terem tomado a 2ª dose (ou dose única) da vacina contra a COVID-19, mantendo esses profissionais em trabalho remoto, sem qualquer prejuízo de vencimentos; até que essa condição de efetive – esclarecendo que o pedido não abarca aquele que injustificadamente não tenha tomado qualquer das doses da vacina; e **b)** a convocar os professores acometidos de doenças que os coloquem no grupo de risco para a covid-19, para o trabalho presencial nas escolas, após 14 dias de terem tomado a 2ª dose (ou dose única) da vacina contra a COVID-19, mantendo esses profissionais em trabalho remoto, e ainda que tenham cumprido o ciclo completo de vacinação e tenha se

O presente é assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito Dr. Emílio Migliano Neto, nos termos do art. 1º, §2º, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES

7ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

Viaduto Dona Paulina, 80, 7º andar - sala 706, Centro - CEP 01501-000,

Fone: 3489-6570/3489-6565, São Paulo-SP - E-mail: sp7faz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

vencido o prazo de imunização, enquanto perdurarem as condições clínicas que recomendem essa providencia, desde que tal medida seja atestada e recomendada por profissional médico, sem qualquer prejuízo de vencimentos; até que essa condição se efetive, esclarecendo que nesse ponto do pedido também não abarca aquele professor que injustificadamente não tenha tomado qualquer das doses da vacina.

Instado a se manifestar, o representante do duto representante do Ministério Público, Doutor Daniel Serra Azul Guimarães, opinou pela concessão da medida liminar pleiteada pelo sindicato autor (fls. 236/238).

Como bem observado pelo órgão ministerial, os arts. 6º, 22, XXII e 196 e seguintes, da Constituição da República têm o condão de vedar à Administração Pública, no exercício de suas competências, a prática de quaisquer atos tendentes a vulnerar as condições necessárias para a preservação da saúde de qualquer indivíduo e, inclusive seus agentes. E, a densidade normativa de tal previsão, com reiteração bem apontada pelo autor na Constituição Estadual (art. 219), na Lei Federal nº 8080/90 e no direito internacional (Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Políticos, art. 12; Convenção Americana sobre Direitos Humanos, arts. 4º e 5º), é compatível com a importância do direito fundamental em questão, indiscutivelmente condição para o exercício de quaisquer outros.

E, no caso dos autos, a fim de regulamentar o decreto 65.849/2021, o qual alterou a redação do Decreto nº 65.384, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades a parte requerida fez publicar a **Resolução SEDUC 65, de 26-07-2021:**

**Artigo 1º - As unidades escolares de educação básica da rede estadual de ensino, das redes municipais e das instituições privadas oferecerão atividades presenciais aos estudantes, observados os termos do Decreto nº 65.384/2020 alterado pelo Decreto nº 65.849/2021 e as**

O presente é assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito Dr. Emílio Migliano Neto, nos termos do art. 1º, §2º, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES

7ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

Viaduto Dona Paulina, 80, 7º andar - sala 706, Centro - CEP 01501-000,

Fone: 3489-6570/3489-6565, São Paulo-SP - E-mail: sp7faz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

disposições desta Resolução.

(...)

**Artigo 8º –Todas as unidades escolares deverão ministrar aulas presenciais e, caso necessário, nas hipóteses previstas nos §7º e 8º do Artigo 1º, aulas não presenciais para os estudantes.**

(...)

**Artigo 12º - Os profissionais da educação da rede estadual deverão cumprir suas jornadas e cargas horárias de trabalho completas nas unidades escolares a partir de 02 de agosto de 2021, nos termos da Resolução Seduc nº 59/2021 e em observância aos protocolos sanitários.**

O artigo 12º da Resolução SEDUC 65, de 26-07-2021, estabelece que os profissionais da educação da rede estadual de ensino deverão cumprir suas jornadas e cargas horárias de trabalho completas nas unidades escolares a partir de 02 de agosto de 2021, nos termos da Resolução Seduc nº 59/2021, e devem ser observados os protocolos sanitários descritos naquela resolução, sem exceção.

A Resolução SEDUC 59, de 07 de julho de 2021, estabelece o retorno presencial de todos os docentes que estivessem cumprido o regime de trabalho remoto até aquela data, somente após aplicação da segunda dose ou dose única de vacina para Covid19, e decorrido o prazo de 14 dias de imunização:

“Resolução Seduc nº 59, de 7-7-2021 (Dispõe sobre a retomada presencial das atividades laborais no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá providências correlatas)

(...)

**Artigo 1º - Todos os profissionais da educação da rede pública estadual que estiverem em regime de teletrabalho deverão passar a cumprir sua carga horária ou jornada de trabalho integralmente em regime presencial após aplicação da segunda dose ou dose única de vacina para Covid19 e decorrido o prazo de 14 dias de imunização.**

**Parágrafo único.** Os profissionais da educação que optaram por não se imunizarem no prazo originalmente definido no calendário de vacinação local para a segunda dose do grupo ao qual pertence deverão cumprir sua carga horária ou jornada de trabalho em regime presencial.

**Artigo 2º - O teletrabalho, para os profissionais da educação da rede pública estadual, poderá ser autorizado nas seguintes hipóteses:**

**I - nos casos em que houver suspeita ou confirmação de**

O presente é assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito Dr. Emílio Migliano Neto, nos termos do art. 1º, §2º, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

**Processo nº 1047740-40.2021.8.26.0053 - p. 3**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES

7ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

Viaduto Dona Paulina, 80, 7º andar - sala 706, Centro - CEP 01501-000,

Fone: 3489-6570/3489-6565, São Paulo-SP - E-mail: sp7faz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

diagnóstico de infecção pela COVID-19, atestada por prescrição médica ou por recomendação do agente de vigilância epidemiológica, enquanto acometida pela doença;

II - nos casos em que o profissional fizer parte de grupo de risco e não puder ser vacinado, conforme prescrição médica.

Artigo 3º - Os órgãos centrais, as Diretorias Regionais de Ensino e as unidades escolares deverão zelar pelo cumprimento dos protocolos de saúde, visando a prevenção e mitigação da disseminação da Covid-19.

Artigo 4º - Ficam mantidas as férias dos docentes no período previsto no calendário escolar.

Artigo 5º - Os casos omissos serão resolvidos pelas Diretorias Regionais de Ensino e pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Artigo 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial:

I - artigo 11 da Resolução Seduc 11, de 26-01-2021; e

II - parágrafo único do artigo 1º das Disposições transitórias da Resolução Seduc 11, de 26-01-2021.

Artigo 7º - As disposições desta resolução aplicam-se a partir de sua publicação aos órgãos centrais e a partir de 12-07- 2021 para as unidades escolares da rede pública estadual.

Diante desse quadro, o entendimento da parte requerida com relação ao retorno ao trabalho presencial dos professores é o seguinte:

A – Todos os professores que estavam até o dia 02/08 em trabalho remoto retornam às atividades presenciais;

B – Não retornam apenas:

a – As gestantes, enquanto perdurar o estado gestacional;

b – os pertencentes ao grupo de risco, enquanto não tomarem as doses da vacina correspondente ao seu ciclo de vacinação, e enquanto não se vencerem os 14 dias para a imunização.

Quanto aos professores pertencentes ao grupo de risco, esses voltam depois de imunizados.

A divergência de entendimentos reside no fato de que o sindicato autor entende que só podem retornar às atividades presenciais os

O presente é assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito Dr. Emilio Migliano Neto, nos termos do art. 1º, §2º, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES

7ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

Viaduto Dona Paulina, 80, 7º andar - sala 706, Centro - CEP 01501-000,

Fone: 3489-6570/3489-6565, São Paulo-SP - E-mail: sp7faz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

professores que já estejam plenamente imunizados, pertencentes ou não ao grupo de risco para a doença, e, quanto aos pertencentes ao grupo de risco, só podem retornar aqueles que, imunizados, não apresentem restrições médicas ao retorno, com o prazo estipulado de 14 dias após a aplicação da segunda dose da vacinação para o retorno dos professores as atividades presencial, pois esse é o prazo mínimo em que o corpo leva para criar a resposta imune.

Ocorre que, os professores filiados ao sindicato autor, estão sendo convocado para as atividades presenciais, mesmo não estando com o seu ciclo vacinal completo e decorrido o prazo de 14 dias de imunização, caracterizando afronta às recomendações internacionais da OMS para a imunização, que a saber seria a ministração de duas doses com um espaçamento de duas a quatro semanas entre elas, para todos os jovens até 18 anos, além dos artigos das Constituições Federal e Estadual paulista, que dizem respeito à proteção da saúde e vida, além da legislação infra constitucional que regulamenta a matéria.

Vislumbrando, assim, as presenças dos requisitos do *fumus bonis juris* e do *periculum in mora*, e na esteira da concisa e substancial manifestação do operoso representante do Ministério Público do Grupo de Atuação Especial de Educação, que pede-se venia para adotar como razões de decidir, concede-se a medida liminar pleiteada na inicial, para que, imediatamente a parte requerida deixe de convocar os professores para atividades presenciais, nas situações descritas nos itens “a” e “b” do pedido de fl. 24 dos presentes autos, devendo esses profissionais serem mantidos no trabalho remoto, até ulterior deliberação judicial, arbitrando-se, no caso de descumprimento da presente ordem judicial, a multa diária no importe de R\$ 50.000,00, até o montante de R\$ 500.000,00, podendo ser renovada.

Deixa-se de designar audiência de conciliação, com fundamento no artigo 334, § 4º, inciso II, do CPC, em razão da indisponibilidade dos bens públicos e considerando a ausência de regulamentação normativa no âmbito Estadual, que permita resolver o conflito por autocomposição.

O presente é assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito Dr. Emilio Migliano Neto, nos termos do art. 1º, §2º, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES**  
**7ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA**

Viaduto Dona Paulina, 80, 7º andar - sala 706, Centro - CEP 01501-000,  
 Fone: 3489-6570/3489-6565, São Paulo-SP - E-mail: sp7faz@tjsp.jus.br  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nos termos do Comunicado Conjunto nº 2536/2017 (Protocolo CPA nº 2016/44379), cite-se a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, pelo portal eletrônico, para os atos e termos da ação proposta, cientificando-a de que não contestado o pedido no prazo de 30 (trinta) dias úteis (art. 183 c.c. art. 219, do CPC), presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil.

Cumpra-se, na forma e sob as penas da Lei, **servindo esta decisão como mandado e ofício que poderá, se o caso, ser encaminhado pela parte interessada, nos termos do item 3.b. do Comunicado Conjunto nº 37/2020.**

Oportunamente, voltem os autos conclusos.

Int.

São Paulo, 16 de agosto de 2021.

**Emílio Migliano Neto**  
**Juiz de Direito**  
**(assinado digitalmente)**

/EMN/AAAN

O presente é assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito Dr. Emílio Migliano Neto, nos termos do art. 1º, §2º, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

**Processo nº 1047740-40.2021.8.26.0053 - p. 6**